

# **A democracia entre assemblage e populismo: William E. Connolly, Ernesto Laclau e a construção das subjetividades coletivas na política democrática**

Leonardo Monteiro Crespo de Almeida

## **Introdução**

No artigo em que escreve dedicado a uma análise crítica da teoria política de Laclau, o teórico político William E. Connolly tratou de estabelecer linhas de contato entre a sua própria teorização acerca das democracias contemporâneas e as incursões de Laclau em torno do conceito de hegemonia. Uma dessas linhas de contato envolve o comprometimento com uma sociedade na qual a população esteja amparada por uma rede adequada de serviços públicos, que haja ampla participação popular nas determinações políticas e, por fim, que permita a cada um desenvolver os seus projetos particulares a partir dos valores e referenciais existenciais que considerar mais apropriados.

Entretanto, o principal ponto que os une, e que será objeto de uma breve análise neste trabalho, reside na maneira como abordam o pluralismo inerente não só às democracias contemporâneas, como no processo mesmo de formação de atores políticos coletivos. Seja o povo ou movimentos sociais, essas entidades se constituem através de operações circunstanciais nas quais uma diversidade de interesses e necessidades convergem para a construção de referenciais comuns. Essa convergência, porém, não implica na subsunção das particularidades a uma totalidade homogênea, redefinindo assim a própria noção de universalidade herdada pelos autores da teoria e filosofia política.

A proposta deste sucinto artigo é observar de que maneira Connolly e Laclau lidam com o problema do pluralismo nas sociedades democráticas reconsiderando a relação entre universal e particular. Isso significa não apenas esclarecer a dinâmica da formação de identidades políticas através de relações diferenciais, recorrente nas teorizações políticas influenciadas pelo pós-estruturalismo, como também situá-las em meio à construção de um imaginário social mais abrangente e que transcenda às especificidades das suas demandas.

Para fins de um enquadramento conceitual mais específico, o trabalho em questão é desenvolvido através de dois eixos cuja importância na obra de cada autor é decisiva: o populismo no caso de Laclau e a assemblage no caso de Connolly. Ambos, por sua vez, serão

desenvolvidos tendo como principal referencial a preocupação com o pluralismo presente nas duas abordagens.

Se em Laclau temos uma construção teórica que, de maneira criativa e inusitada, aproxima a concepção foucaultiana de discurso com a desconstrução de Derrida e Foucault, Connolly, por sua vez, desenvolve a sua abordagem sob uma forte influência de Gilles Deleuze, remetendo a um outro itinerário de apreensão do pós-estruturalismo francês. A justaposição desses dois projetos, em tese, permite esclarecer como um mesmo tema – a associação entre pluralismo e universalidade – pode ser concebida através de apropriações distintas dos conceitos e premissas teóricas do pós-estruturalismo francês. Apontar essa convergência, mesmo que ainda careça de um desenvolvimento teórico substancial, representa o outro objetivo deste trabalho.

### **A democracia através da assemblage e do pluralismo: elementos básicos da teoria política de William E. Connolly**

O pluralismo talvez seja a temática central que conecta e organiza os diversos referenciais teóricos que conduzem Bill Connolly pelo terreno da análise política (CHAMBERS; CARVER, 2008, p. 323 e ss). Seja em obras como *Pluralism, The Ethos of Pluralization* e *A World of Becoming*, mais abstratas e por vezes metafísicas, ou outras em que a temática é conduzida por preocupações políticas mais imediatas e pontuais, como é o caso de *Identity\Difference, The Fragility of Things, Facing the Planetary* e *Aspirational Fascism*, a temática do pluralismo e a sua relação com a democracia permanece sendo um importante fio condutor em suas investigações. É também através dela que Connolly, em sua contribuição para a obra coletiva *Laclau: A Critical Reader*, pretende desenvolver o seu diálogo com Laclau. Vejamos alguns pontos importantes que ajudam a desenvolver a posição do teórico estadunidense.

Connolly inicia o artigo *The Ethos of Democratization* deixando claro que, em seu entendimento, o componente central de uma política democrática é a formação de cadeias de equivalência – ou assemblages coletivas, como prefere – em torno das diversas diferenças que integram os novos espaços democráticos (CONNOLLY, 2004, p. 167). Acrescenta ainda dois pontos de aproximação de relevância significativa: o comprometimento político com a esquerda democrática e a preocupação em pensar o pluralismo desde novas condições socio-históricas que, por sua vez, tendem a suscitar questões até então inéditas e que exigem a reconsideração de certas categorias analíticas.

O conceito de assemblage fora extraído diretamente da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, mais especificamente os *Mil Platôs*, mas que antes se fez presente na arte do pintor Jean Dubuffet. O cerne do conceito reside em pensar uma forma de totalidade sem essência, na qual os elementos que a compõem podem ser dissociados sem que com isso abandonem as suas especificidades. A totalidade é pensada em termos de colagem, de um agregado circunstancial de diferentes elementos que, uma vez dispostos, compõem um todo. Em síntese, uma vez que as relações entre os elementos são extrínsecas, a assemblage é marcada por duas tendências: a primeira se refere à composição dos elementos para formar um terceiro ente que simultaneamente é constituído por eles, mas é também diverso; o segundo se refere ao movimento de desagregação que permite às partes saírem de uma determinada assemblage para ingressar em outra sem abandonar a sua especificidade.

Próximo ao que pretende Laclau, Connolly observa como as assemblages coletivas é precária e suscetível a produzir novas lutas em meio às transformações produzidas. Nenhum projeto político, por si só, pode almejar um fechamento do social de maneira que consiga impedir qualquer oposição e/ou mesmo a desestabilização interna dos seus referenciais, tanto teóricos quanto prático-estratégicos. A composição de uma assemblage contempla posições, razões, interesses e necessidades das mais variadas que, em um determinado ponto, acabam por se conectar. É uma construção sempre circunstancial e *a posteriori*, ou seja, existe em função de uma certa situação estabelecida e também vai se dissolver quando ela desaparece.

Se uma assemblage representa uma coleção de partes cujas relações que estabelecem entre si não são da ordem da necessidade e sim da contingência, segue-se que o seu potencial expansivo dependerá da maneira com que um certo elemento transversal a todas elas, como um ethos, pode ser construído em meio a uma dada situação. Connolly assinala este ponto da seguinte maneira:

Ambos pensam que as alianças democráticas pelas quais liberais e radicais pretendem expandir a inclusão a qualquer momento são suscetíveis de trazerem consigo formas inconscientes e inarticuladas de exclusão que podem cultivar as sementes para futuros sofrimentos, surpresas, conflitos e novas demandas por mudanças significativas (CONNOLLY, 2004, p. 167)<sup>1</sup>.

Cada assemblage coletiva só pode existir e se manter a partir de sua relação com um exterior que lhe nega e, por isso mesmo, estabelece os seus limites. Na medida em que é

---

<sup>1</sup> No original: “Both think that the democratic alliances through which liberals and radicals seek to expand inclusion at any one moment are likely to contain within them unconscious or unarticulated exclusions that may create seeds of future suffering, surprise, conflict, and new calls for significant change”.

condição sem a qual as cadeias podem vir a se formar, a identidade do exterior e das cadeias é estritamente relacional: a identidade de cada cadeia não existe em função dos elementos que ela traz articulada em torno de si mesma, mas sim a partir da relação que trava com o seu exterior (CONNOLLY, 1991, p. 64). Por isso a impossibilidade da sociedade compreendida em termos de uma apreensão definitiva do social através de um dado projeto político. Se a democracia moderna, seguindo as considerações de Claude Lefort, estabelece-se através da dissolução dos marcadores de certeza, segue-se que toda ordem política que se faça hegemônica terá também sempre uma exterioridade constitutiva, um espaço que não consegue assimilar, e que se impõe como alternativa. Em síntese, toda ordem política é marcada por precariedade, contingência e instabilidade.

Finalmente, em termos de uma associação entre as premissas teóricas e intervenções pontuais nos contextos concretos em que os autores se inserem, Connolly explicitamente observa como tanto ele quanto Laclau se comprometeram a desestabilizar e confrontar elementos do capitalismo contemporâneo em prol das transformações na infraestrutura estatal que promovam um acesso mais amplo aos serviços de saúde, educação, transportes, aposentadoria e condições de trabalho mais favoráveis ao empregado. É importante reiterar que essas mudanças positivas ocorrem a partir da estrutura econômica do capitalismo, exigindo ações organizadas e comprometidas com transformações nesse nível.

No que concerne a essa atuação, nenhum dos autores pode defender a existência de atores políticos pré-constituídos, unidades estáveis, bem definidas, com interesses muito claros e uma consciência coletiva que os predispõe a certas direções e evita outras. Mesmo a classe operária, historicamente concebida como ator político coletivo pela teoria e filosofia política, mostrou-se fragmentada e dispersa após as sucessivas mudanças pelas quais passaram as sociedades capitalistas e o próprio papel do Estado. Connolly apresenta a sua concepção de assemblage política da seguinte maneira:

A assemblage política a qual busco pretende incorporar alguns participantes porque trata das suas necessidades mais urgentes; outros por questões associadas ao auto-interesse econômico; outros em função da participação em identidades sustentadas pela assemblage na religião, etnicidade, sexualidade ou gênero; outros em função de comprometimentos éticos não-teísticos ou religiosos que os inspiram a irem além das suas próprias necessidades, interesses e identidades; outros ainda porque temem um aumento na taxa de criminalidade e demais perturbações urbanas que podem

impactar de algum modo a sua qualidade de vida, e a maioria em função de uma combinação dessas preocupações (CONNOLLY, 2004, p.)<sup>2</sup>.

A diversidade de elementos enunciadas por Connolly na composição das assemblages coletivas é significativa: não existe nenhum fator preponderante, como ideologia, interesses intrínsecos, ganho econômico, que por si só sirva como fator explicativo para uma compreensão definitiva da assemblage – e é também um aspecto que também se faz exatamente presente no populismo tal como concebido por Laclau (2005, p. 75). Todos esses e muitos outros vão atuar como partes constitutivas dessa totalidade. Se as razões e os interesses são os mais diversos, englobando até mesmo posições ou traços de visões de mundo a princípio até incompatíveis, isso se deve também ao modo como eles se encontram alinhados perante o seu exterior.

O conceito de assemblage é empregado por Connolly de maneira a lidar com uma tensão, que ocupa importância significativa no que diz respeito ao pluralismo, entre as orientações individuais referentes à vida ética e ao ethos político que eles tendem a defender perante concepções alternativas – ou mesmo opostas – de vida ética. É deste modo que o teórico político organiza a relação entre universal e particular que, como bem admite, só pode ser mediada, jamais completamente resolvida.

O que Connolly propõe é um ethos da cultura fundado na incomensurável diversidade dos entes ao invés de um propósito estabelecido no qual eles precisam se conformar de antemão, o que o faz também aderir a um certo republicanismo, principalmente no cultivo das virtudes cívicas. Como qualquer perspectiva em particular, o ethos da cultura é contestável, e esse é o ponto decisivo de sua abordagem: cada fonte valorativa que se encontra inserida na vida pública é – e será – sempre essencialmente contestável. Esse momento negativo, caracterizado pelo escrutínio da crítica, precede o momento afirmativo no qual se pretende construir um ethos marcado pela interdependência entre as diferentes posições. Connolly observa:

O objetivo é elaborar um ethos entre constituições independentes que dificilmente pretendem deixar as suas convicções no âmbito privado quando adentram no espaço da política ou estabelece-lo com certeza o bastante para convencer aqueles que ainda não foram assimilados. Um ethos positivo da política não emerge de um princípio

---

<sup>2</sup> No original: “The political assemblage I pursue, for instance, would incorporate some participants because it speaks to their desperate needs; others because of more composed economic self-interest; others because of participation in identities supported by the assemblage in religion, ethnicity, sexuality, or gender; others because of religious or nontheistic ethical commitments that inspire them to extend beyond their own constituency needs, interests, and identities; others yet because they fear rises in the rate of crime and urban unrest that would otherwise undermine their quality of life, and most because of some combination of these concerns”.

austero de justiça ou de uma única lógica de deliberação. Ele surge a partir de apreciações recíprocas de elementos de partidarismo em cada orientação referente a uma ética pública em paralelo com esforços conscientes de numerosos partidos em superar o ressentimento existencial desta mesma condição (CONNOLLY, 2004, p. 169)<sup>3</sup>.

O teórico observa que essa dinâmica entre universal/particular sempre esteve presente, de uma maneira ou de outra, na vivência política, mas que tende a se mostrar mais incisiva em momentos onde a diversidade das demandas termina por desestabilizar a normalidade dos arranjos políticos prevalecentes. Duas são as orientações principais do ethos proposto por Connolly, uma mais associada à representação identitária, outra atrelada à distribuição dos recursos materiais da sociedade: a primeira diz respeito à promoção e à expansão do pluralismo cultural enquanto a segunda contempla a redução da desigualdade econômica (CONNOLLY, 1995, p. 93 e ss). Mais adiante veremos que uma das contribuições da lógica populista, na perspectiva de Laclau, reside em ampliar a participação social que de algum modo se encontra limitada – ou mesmo enfraquecida – pelos mecanismos usuais de representação política (LACLAU, 2005, p. 137 e ss).

As duas virtudes cívicas que norteiam as reflexões de Connolly são, por sua vez, o agonismo e abertura crítica (*critical responsiveness*). O agonismo tem suas raízes na tolerância defendida pelos teóricos liberais, mas esta tolerância consiste em um respeito à diversidade restrito à esfera privada dos indivíduos (CHAMBERS; CARVER, 2008, p. 202 e ss). O agonismo, por sua vez, reconhece que parte dessa dimensão privada pode adentrar no âmbito da esfera pública quando determinados tópicos de discussão terminam por vir à tona. No contexto de sociedades complexas, onde múltiplas orientações culturais e existenciais acabam por constituir o panorama político das democracias contemporâneas, é de grande importância estabelecer canais de comunicação, aproximação e abertura no qual as visões concorrentes possam se ajustar.

É neste ponto que também entra a abertura crítica (*critical responsiveness*) que vai permitir a cada identidade desenvolver uma autorreflexão em torno da relação que estabelecem, inclusive subconscientemente, entre as suas visões de mundo (os compromissos éticos individuais) e o que propõem para outros que não compartilham dessa perspectiva (o

---

<sup>3</sup> No original: “The aim is to fashion an ethos between interdependent constituencies who are unlikely either to leave their partisan faiths in the private realm when they enter politics or to establish it with enough certainty to convince many not already inducted into it. A positive ethos of politics does not grow out of an austere principle of justice or a single logic of deliberation. It grows out of reciprocal appreciation of the element of partisanship in each orientation to public ethics, alongside concerted efforts by numerous parties to overcome existential resentment of this very condition”.

ethos político). Essa abertura a uma leitura caridosa do outro a partir de sua própria perspectiva é algo que Connolly vislumbra pontualmente na filosofia de Sto. Agostinho, impactando de maneira decisiva a sua própria reflexão política sobre o pluralismo (CONNOLLY, 1991, p. 124 e ss). Uma dada pessoa pode questionar o porquê de a sua opção sexual ser também um imperativo no qual as outras pessoas necessariamente devem se ajustar, independentemente do que sente ou acreditem ser o adequado. Uma outra pessoa pode questionar os limites que separam a sua convicção religiosa de outras que lhe são circundantes, concluindo que, apesar das diferenças de credo e liturgia, acabam por compartilhar pontos importantes, levando-os a integrar um mesmo imaginário social.

As virtudes cívicas por si só não resolvem – e jamais poderão resolver – a tensão entre universal e particular, mas atuam na promoção de uma assemblage coletiva, caracterizada pelo pluralismo cultural e cuja expansão depende do cultivo e da negociação. Como o autor já havia destacado, essas operações não se circunscrevem às atividades de deliberação racional voltadas para o convencimento da outra parte em função do melhor argumento construído. A reflexão racional é um ponto crítico, mas antes é fundamental considerar dimensões que a antecedem e que, em certo sentido, conduzem ideias e argumentos: trata-se dos afetos e das emoções viscerais que tanto podem promover abertura e acolhimento, quanto intolerância e conflito. Connolly destaca este ponto:

Tanto o respeito agonístico quanto a abertura crítica são virtudes cívicas que precisam ser cultivadas e negociadas. Ambos envolvem um trabalho tático nos registros afetivos mais baixos do ser a serem filtrados pelo intelecto elevado, mas são insuscetíveis de uma regulação direta. Isto aponta para um outro caminho que não as reduz às virtudes liberais, uma vez que elas estão alocadas no registro intelectual ao invés de encontrarem a sua expressão no registro visceral ou na sensibilidade. A abertura crítica frequentemente envolve um trabalho seletivo no registro da autoidentidade (CONNOLLY, 2004, p. 177)<sup>4</sup>.

É razoável vislumbrar na expansão das assemblages coletivas uma espécie de fé não-teísta, existencial, que circunscreve as reflexões de Connolly (CONNOLLY, 2005, p. 25 e ss). A fé implica em uma convicção firme em torno de uma ideia, projeto ou crença que careça de fundamentação racional, como propõe cursos de ação a despeito das diversas consequências que ela possa suscitar – e o teórico é atento o bastante para assinalar,

---

<sup>4</sup> No original: “Both agonistic respect and critical responsiveness are civic virtues that require cultivation and negotiation. They involve tactical work on the lower affective registers of being that filter into the higher intellect but are unsusceptible to its direct regulation. This points to another way in which neither is reducible to liberal virtues, for most liberal virtues are placed on the higher intellectual register rather than also finding expression on the visceral register or sensibility. Critical responsiveness often involves selective work on the visceral register of self-identity”.

relembremos, que qualquer perspectiva política, mesmo a mais declaradamente progressista e emancipatória, pode trazer consigo cursos de ação e tendências opressivas. Não existem garantias, enfim, de que o direcionamento constitutivo de uma determinada assemblage coletiva proporcionará tão somente formas de intervenção condizentes com a direção proposta. Apesar da imprevisibilidade diante das futuras configurações da assemblage, ainda assim se pretende agir e intervir nas circunstâncias sociais do presente. Essa seria a primeira dimensão referente à fé.

A segunda se refere à relação entre universal e particular. Embora particular de cada indivíduo, a fé em si mesma seria vazia senão trouxesse consigo uma dimensão de transcendência que extrapole as condições específicas dos indivíduos. A transcendência implica, de certo modo, em uma expansão contínua na qual novas parcelas e elementos são assimilados ao referencial simbólico proposto pela fé. Em síntese, a segunda dimensão contempla uma tendência expansionista da assemblage, na qual respeito agonístico e abertura crítica permitem reconsiderar os contornos e forças que atuam na composição da assemblage, operando transformações que as reajustem conforme novos elementos vão sendo assimilados.

Por fim, a terceira dimensão da fé incide naquilo que Connolly chama de registros mais baixos, ou seja, nos aspectos afetivos que ainda não foram discursivamente articulados. Isso significa que a expansão e consolidação da assemblage coletiva não se circunscreve à dinâmica do convencimento racional presente em debates e exposições mais teóricas, atuando também sobre as disposições afetivas que norteiam os projetos, comportamentos e convicções dos diversos indivíduos.

### **Populismo como uma lógica específica do político: a periferia interna da democracia**

Em sua incursão pela temática, Benjamin Arditi chamou o populismo de periferia interna da democracia, ou seja, uma forma de construção do político que lhe era inerente, muito embora menosprezada – ou mesmo não reconhecida – pelos que identificam a prática política com o funcionamento das instituições formais (ARDITI, 2007, p. 54 e ss). Em suas múltiplas expressões, três na concepção de Arditi, o populismo pode ou não estar compatibilizado com as regras subjacentes à dinâmica do jogo democrático. Em todas essas expressões, porém, déficits e entraves à participação popular nos centros de decisão política são enunciados de maneira a expor contradições entre uma configuração política no qual todos possuem as mesmas prerrogativas de participação e os diversos empecilhos nos quais a população permanece na periferia da política (ARDITI, 2007, p. 74 e ss).



Esse talvez seja um dos nortes principais na abordagem realizada por Laclau: o populismo como uma lógica política alternativa na qual, em situações de grande complexidade de forças políticas, as demandas insatisfeitas da sociedade adquirem visibilidade a partir da oposição entre “os de cima” e “os de baixo” (LACLAU, 2005, p. 74 e ss). Se essa relação é bastante pontual, ou aparentemente simplória, isso ocorre a partir da equivalência estabelecida entre as mais diversas demandas pelo líder populista: em suas particularidades, elas convergem ao menos em um ponto comum, a saber, a maneira como foram ignoradas ou desconsideradas pelas próprias instituições formais as quais elas se dirigiram. Esse é o primeiro passo para a construção do povo enquanto sujeito coletivo que se opõe a um exterior que, ao mesmo tempo, vai lhe ignorar e limitar.

Como observado na teoria de Connolly, também em Laclau a dimensão afetiva tem importância considerável uma vez que a construção do povo enquanto sujeito coletivo através do líder populista trabalha com dimensões de frustração e ressentimento perante o *status quo*: a limitada participação política acrescida da insatisfação contínua das necessidades de cada um desses atores é fundamental para que constituam uma cadeia de equivalência que persista em meio às especificidades de cada componente. A manutenção dessa equivalência em meio à construção do povo, compreendido aqui como universalidade não-substancial, é o caminho pelo qual Laclau evitará o complicado cenário das inúmeras demandas particulares que vão surgir a partir das últimas décadas (MENDONÇA, 2007, p. 252 e ss).

Uma vez que a própria classe trabalho, a partir da segunda metade do século vinte, por diferentes razões, perde o status de sujeito universal que representaria em si as necessidades humanas fundamentais, segue-se uma contínua fragmentação de demandas políticas desconectadas e sem um referencial em comum a ser expandido para os demais segmentos do social. Em termos discursivos, portanto, o que outrora era pensado em termos de uma universalidade abrangente (as “necessidades humanas universais”) no qual as especificidades dos segmentos políticos acabariam sendo dissolvidas e desconsideradas como aspectos secundários (MENDONÇA, 2007, p. 250). Basta observar, por exemplo, as dificuldades que as feministas tiveram em ter reconhecidas como legítimas as suas demandas pelos diversos movimentos trabalhistas ao longo do século vinte.

No contexto da segunda metade do século vinte, então, torna-se difícil aceitar um sujeito coletivo universal com uma tarefa histórica na qual as diversas demandas estão subsumidas. A resposta a essa circunstância foi ao menos parcialmente estabelecida em termos de uma intensa preocupação com as representações identitárias, especialmente no que

as fazem ser específicas, o que leva a já mencionada fragmentação política dos diversos movimentos. Existem problemas tanto no nível estratégico quanto teórico (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 2 e ss).

No primeiro plano, o estratégico, a fragmentação leva a uma multiplicação de lutas independentes em que os proponentes, uma vez que agem isoladamente, esbarram em dificuldades referentes a um aumento de adesão às causas apresentadas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 2-3). A ausência de articulação entre os movimentos leva também a uma “marginalização” das suas posições: a formulação de demandas radicais coexiste com uma posição politicamente pouco expressiva no espaço social, de modo que não conseguem ter implementadas as suas pautas ou/e atuar de modo a produzir intervenções significativas e duradouras na sociedade.

Em termos teóricos, a ideia de um puro particularismo contempla em torno de si mesma uma série de contradições carentes de resolução. Já na metade da década de noventa, em seu artigo *Universalism, Particularism and the Question of Identity*, Laclau escrevia:

Em primeiro lugar, a assertiva do puro particularismo, como algo que se estabelece independentemente de qualquer conteúdo e apelo à universalidade que o transcende, é uma empreitada fadada ao fracasso. Pois se este é o seu único princípio normativo, ele nos confronta com um paradoxo carente de solução. Eu posso defender o direito das minorias raciais, sexuais e nacionais em nome do particularismo, mas se esse particularismo é o único princípio válido, eu preciso também aceitar os direitos de autodeterminação de todos os tipos de grupos reacionários envolvidos em práticas antissociais (LACLAU, 1996, p. 26)<sup>5</sup>.

Qualquer formulação de demandas, por mais específica que venham ser as suas questões e carências, necessita transcender a si mesma para que possa ser compreendida e assimilada em outros contextos, principalmente no que concerne às institucionais formais (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 127 e ss). Direitos associados à proteção de gênero, por exemplo, estão normalmente fundamentados na estrutura de direitos fundamentais e políticos que preexistem a essas demandas, não sendo, portanto, específicos dela. A própria linguagem na qual as demandas são enunciadas já traz consigo uma extrapolação dos limites específicos das identidades políticas particulares.

Uma das teses elencadas por Laclau em seu trabalho com Chantal Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*, e que vai permanecer nas obras subsequentes é o processo de

---

<sup>5</sup> No original: “In the first place, the assertion of pure particularism, independently of any content and of the appeal to a universality transcending it, is a self-defeating enterprise. For if it is the only accepted normative principle, it confronts us with an unsolvable paradox. I can defend the right of sexual, racial and national minorities in the name of particularism; but if particularism is the only valid principle, I have to also accept the rights to self-determination of all kinds of reactionary groups involved in antisocial practices”.

contaminação e entrelaçamento que envolve a relação universal/particular, diferindo de uma concepção marxista abrangente acerca dos conflitos de classe (LACLAU, 2001, p. 11 e ss; LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 1 e ss; LACLAU, 2006, p. 647). Se o puro particularismo não é uma possibilidade, assim como um universal definitivamente incorporado em um sujeito histórico específico, a saída teórica residiria na concepção de um universal esvaziado, com implicações diretas do que Lefort apontou como o lugar vazio do poder inscrito na gênese das democracias modernas (LACLAU, 2001, p. 12; LACLAU, 2006, p. 647-648).

Desde a década de setenta, em sua obra inicial, *Politics and Ideology in Marxist Theory*, Laclau tinha em mente o desenvolvimento de uma teoria do populismo, em parte por necessidades teóricas decorrentes de seu engajamento crítico com a teoria marxista, em parte em função de experiências pessoais no panorama do peronismo que lhe foram profundamente formadoras (LACLAU, 1979, p. 143 e ss). Muito embora a temática apareça em momentos iniciais de sua obra, é no momento final de sua carreira, especialmente com a publicação de *On Populist Reason* em 2005, que Laclau dará um tratamento mais incisivo e pontual sobre o tema.

Já em *Politics and Ideology in Marxist Theory*, o autor pontua as dificuldades de se apreender de maneira decisiva e pontual o conceito de populismo, que em dado momento é identificado como manifestação ideológica, ora aparece como uma maneira muito específica de se fazer política: acaba muitas vezes sendo uma categoria *ad hoc* a ser empregada circunstancialmente para identificar certas configurações políticas, mas sem uma construção teórica mais sólida que permitam identificar as diversas operações que se encontram atuando em cada um desses cenários.

Em várias das experiências mencionadas no continente latino-americano, o recurso ao conceito de populismo acaba servindo para descrever uma confluência de forças em um contexto histórico específico marcado por indeterminações ideológicas, posicionamentos políticos vacilantes, e mesmo formas explícitas de corrupção (MÉNY; SUREL, 2002, p. 2 e ss). Deste modo, o populismo acaba rejeitando os ritos, os procedimentos e as regras da política dita institucional: programas de governo são substituídos por apelos retóricos à população carente e a um enfrentamento direto com as chamadas elites políticas.

Ainda nesta perspectiva, então, o conceito de populismo assume uma conotação negativa: aqueles que se envolvem com ele vivem de promessas, de artifícios discursivos sem nenhum respaldo científico ou mesmo racional. O populista, ao menos em tese, jogaria com expectativas e anseios populares para construir uma reputação que, ao final, produzirá um

capital político a ser administrado em proveito próprio, quando não termina em cultos de personalidade e outras manifestações autoritárias.

Se Connolly concebe a expansão do ethos da cultivação mediante a aderência contínua de identidades políticas que de algum modo dispõem de um ponto de contato capaz de se sentirem contempladas nesse projeto mais amplo, o preenchimento precário do lugar vazio em obter através da lógica populista é o resultado almejado da luta pela hegemonia promovida pelo líder populista. A hegemonia popular significa não uma vitória consolidada dos “de baixo” sobre os “de cima”, mas novas configurações de participação popular que trazem para o âmbito das discussões públicas, incluindo aquelas que ocorrem em espaços institucionais como o parlamento, das necessidades e carências que afligem um segmento cada vez mais extenso da população. A instabilidade do político impede um fechamento estrutural definitivo do social pelas operações de hegemonização: se toda relação hegemônica depende necessariamente de uma contra-hegemonia, ou seja, de uma exterioridade ao mesmo tempo antagônica e constitutiva, haverá sempre uma abertura que constantemente desestabiliza qualquer tentativa de sedimentação discursiva. Como escreve Daniel de Mendonça:

Todo fundamento político estrutura-se discursivamente quando se hegemoniza, ou seja, quando determinada posição política particular passa a representar os mais variados setores da sociedade. Assim, a hegemonia é o momento da decisão política, da sedimentação de determinado discurso. Contudo, dada a instabilidade ontológica do político, ou seja, a eterna contaminação do plano ôntico pelo ontológico, toda hegemonia pressupõe uma contra-hegemonia e ambas só podem ser conhecidas no momento em que essas práticas políticas surgem como tais (MENDONÇA, 2014, p. 138).

Se o populismo torna manifesto conteúdos que há muito permaneceram latentes no espaço social, isso se deve em parte à expansão das cadeias de equivalência que constituem o povo como sujeito político coletivo. A simplificação operada pelos discursos do líder populista, normalmente ancorada em uma oposição nítida e persistente entre os que são oprimidos pelo sistema e os que se beneficiam dele, na verdade, revela a maneira pela qual as cadeias de equivalência operam uma redução de complexidade ante a diversidade das demandas vigentes. Em que sentido?

O termo complexidade está sendo empregado para representar o grau de dificuldade pelo qual a organização e a assimilação das demandas tornam-se factíveis: uma maior complexidade implica também em maiores dificuldades de associar demandas que carregam consigo objetos e linguagens diversas (MENDONÇA, 2007, p. 250 e ss). Como Laclau observara, a fragmentação da esquerda, que tem como importante expressão o surgimento de demandas outrora inexistentes ou subsumidas às questões da classe proletária, implica

também no surgimento de novos vocabulários e questões que não guardam nenhuma necessidade lógica ou conexa entre si. Esse processo de construção política não somente das relações estabelecidas entre as diferentes identidades políticas, como na determinação do inimigo global, é descrito pelo autor da seguinte forma:

Neste caso, no entanto, as demandas populares são cada vez menos sustentadas por pano de fundo diferencial pré-existente: elas precisam, de maneira geral, construir um novo. E pela mesma razão, a identidade do inimigo também dependerá cada vez mais do processo de construção política. Eu posso estar relativamente certo acerca de quem é o inimigo quando, em confrontos limitados, eu estou lutando contra o conselho local, os responsáveis pelo sistema de saúde, ou as autoridades universitárias. Mas as lutas populares envolvem uma equivalência entre todas as partes do confronto, e neste caso o inimigo global a ser identificado se torna cada vez menos evidente. A consequência disso é que a fronteira política interna estará cada vez menos determinada, e as equivalências que intervêm nessa determinação vão poder operar nas mais diversas direções (LACLAU, 2005, p. 86)<sup>6</sup>.

Em síntese, a elaboração política das cadeias de equivalência exige a construção *a posteriori* de formas de articulação nas quais as diferentes orientações estabelecidas pelas demandas sejam estrategicamente justapostas a um exterior que as confronta de maneira geral. Sendo a equivalência uma condição necessária para que seja estruturada essa relação de oposição, segue-se que a simplificação do espaço social na forma de uma oposição entre dois campos opostos é, de fato, uma redução de complexidade fundamental para que o líder populista possa fazer ascender um conjunto de demandas igualmente e desconectadas entre si para o primeiro plano de visibilidade política. Confronta-se, deste modo, os entraves à participação social no âmbito das instituições formais da política através de uma outra maneira de construção do político.

### **Considerações Finais**

O objetivo central do artigo fora o de estabelecer um paralelo entre as teorizações de William E. Connolly e Ernesto Laclau no tocante à relação entre universal e particular tendo em vista a construção de formas coletivas de subjetividades políticas. Na abordagem de cada

---

<sup>6</sup> No original: “In that case, however, the popular demands are less and less sustained by a pre-existing differential framework: they have, to a large extent, to construct a new one. And for the same reason, the identity of the enemy also depends increasingly on a process of political construction. I can be relatively certain about who the enemy is when, in limited struggles, I am fighting against the local council, those responsible for the health system, or the university authorities. But a popular struggle involves the equivalence between all those partial struggles, and in that case the global enemy to be identified becomes much less obvious. The consequence is that the internal political frontier will become much less determinate, and the equivalences intervening in that determination can operate in many different directions”.

autor fora selecionada categorias que, de certo modo, permitam destrinchar as posições dos autores perante a relação mencionada.

No caso de Connolly, o foco residiu na maneira com que o ethos de cultivação traz consigo uma preocupação em constituir e ampliar assemblages coletivas. O conceito de assemblage permite ao autor pensar uma maneira de trabalhar a tensão entre as escolhas éticas individuais e o ethos político mais abrangente a ser compartilhado por todos os cidadãos. Ciente de que os conteúdos individuais dificilmente se encontram circunscritos ao âmbito exclusivamente privado dos indivíduos, as assemblages permitem processos de junção e conexão entre os ethos preservando-lhes a diversidade ao mesmo tempo em que sinaliza uma transposição de suas particularidades.

Essa ascendência ao universal em Connolly pode ser concebida como uma espécie de fé não-teísta uma vez que a construção desse projeto abrangente depende da contínua adesão de novas identidades políticas que, naquilo que possuem de particular, também vislumbram pontos de contato ao cultivarem duas virtudes associadas com a tradição cívica republicana: o respeito agonístico e a abertura crítica. Ambas as virtudes concorrem para promover um ethos que reconhece o pluralismo não só como uma característica específica das sociedades contemporâneas caracterizadas por um alto grau de complexidade, mas inerente à própria constituição do real. Essa concepção ontológica pode muito bem ser discernida em obras como *Pluralism* e *A World of Becoming*.

A maneira pela qual Laclau aborda o populismo o aproxima de Connolly em muitos aspectos no que se refere à temática desta pesquisa. De início também o posicionamento de Laclau é marcado por uma série de premissas ontológicas que respaldam a sua teorização do populismo. Se o populismo é concebido pelo autor como mais uma lógica de construção do político, ela é também devedora de premissas ontológicas muito específicas, principalmente no tocante à constituição do social. A impossibilidade de um fechamento estrutural completo do social é uma pré-condição necessária para se pensar o preenchimento precário do universal através da hegemonização de certas identidades. Ora, a lógica populista volta-se para a construção do povo como sujeito político coletivo com o propósito de torná-lo hegemônico.

Parte desse processo envolve tornar manifestas as demandas populares ofuscadas e ignoradas pelas instituições formais. É através dessa articulação que serão estabelecidas relações de equivalência entre as demandas frente a um exterior que simultaneamente lhes opõe e constitui. A determinação discursiva desse exterior na forma de “elites”, “forças conservadoras”, “os privilegiados” e “o mercado financeiro”, promovem uma interseção

formal que permite, ao menos de maneira provisória e sempre contingente, a formação de uma subjetividade coletiva capaz promover um novo imaginário social.

As noções de assemblage coletiva e populismo permitem a Connolly e a Laclau investigar a relação entre universal/particular a partir da complexidade e da fragmentação presentes nas democracias contemporâneas, especialmente no tocante à fragmentação e à politização de novos espaços e aspectos das relações sociais que outrora permaneciam de fora das disputas políticas. Uma vez que já não dispõem do apelo a um sujeito coletivo histórico que, a partir das lutas pela consolidação de suas demandas, venha a impulsionar e promover transformações históricas significativas, os autores desenvolvem, através de itinerários e referenciais teóricos distintos, uma concepção de universal esvaziado e que somente pode ser preenchido de maneira precária e contingente.

O povo, compreendido através da lógica política do populismo tal como Laclau a estabelece, não dispõe de uma essência pré-existente às diversas operações de articulação que conectam e associam os fragmentos diversos que o compõem. A identidade do povo, por sua vez, não pode ser apreendida ou fixada através de um conjunto de propriedades persistentes e de difícil modificação, a exemplo de uma essência metafísica: ela existe em função da relação diferencial estabelecida entre o povo e o seu exterior, relação esta que é dinâmica e sempre passível de novas reformulações.

As assemblages coletivas de Connolly também se constituem e permanecem através de movimentos de expansão e redefinição nas quais novas identidades podem aderir ou romper com o ethos que informa a constituição dessas assemblages. Neste sentido, como Connolly já havia destacado em suas obras, especialmente *Identity\Difference*, o significado e a permanência de uma identidade sucede ao conjunto de relações diferenciais que a envolvem e a posicionam em um certo contexto social e político, por si só dinâmico e historicamente em contínua construção.

Os conceitos de assemblage e populismo ilustram dois direcionamentos semelhantes para abordar a maneira como subjetividades coletivas podem ser politicamente construídas no horizonte das democracias contemporâneas. Uma vez aceitando a inviabilidade de um novo sujeito histórico universal, as duas teóricas políticas ainda fornecem uma forma de lidar com a tensão política entre universal e particular apontando para o entrelaçamento entre os dois termos ao invés de uma adesão estrita a um ou outro polo. Abre-se, deste modo, um espaço de investigação, tanto teórico quanto estratégico, para novas concepções de atuação coletiva no panorama das democracias contemporâneas.

## Referências

- ARDITI, Benjamin. *Politics on the Edge of Liberalism: Difference, Populism, Revolution and Agitation*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- CHAMBERS, Samuel A.; CARVER, Terrell. *William E. Connolly: Democracy, Pluralism and Political Theory*. London: Routledge, 2008.
- CONNOLLY, William E. *Identity\Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- CONNOLLY, William E. *Pluralism*. Durham: Duke University Press, 2005.
- CONNOLLY, William E. The Ethos of Democratization. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (org). *Laclau: A Critical Reader*. London: Routledge, 2004, pp. 167-181.
- CONNOLLY, William E. *The Ethos of Pluralization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- LACLAU, Ernesto. Democracy and the Question of Power. *Constellations*, v. 8, n. 1, 2001, pp. 3-14.
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.
- LACLAU, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: Verso, 1979.
- LACLAU, Ernesto. Universalism, Particularism and the Question of Identity. In: LACLAU, Ernesto (org). *Emancipation(s)*. London: Verso, 1996, pp. 20-35.
- LACLAU, Ernesto. Why Constructing a People is the Main Task of Radical Politics. *Critical Inquiry*, v. 32, n. 4, 2006, pp. 646-680.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.
- MENDONÇA, Daniel de. A Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau e a Análise Política Brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 3, pp. 249-258, 2007.
- MENDONÇA, Daniel de. O Limite da Normatividade na Teoria Política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, v. 91, pp. 135-167, 2014.
- MÉNY, Yves; SUREL, Yves. The Constitutive Ambiguity of Populism. In: MÉNY, Yves; SUREL, Yves (orgs). *Democracies and The Populist Challenge*, London: Palgrave, 2002, pp. 1-21.